



**HAL**  
open science

## A diferenciação territorial e integração ao mercado dos Produtores Agroextrativistas Kalungas – Goiás.

Cecilia Ricardo Fernandes, Ludivine Eloy

### ► To cite this version:

Cecilia Ricardo Fernandes, Ludivine Eloy. A diferenciação territorial e integração ao mercado dos Produtores Agroextrativistas Kalungas – Goiás.. Alternativas para o bioma Cerrado: Agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade., 287-325, 2020. hal-02627111

**HAL Id: hal-02627111**

**<https://hal.science/hal-02627111>**

Submitted on 30 Aug 2022

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

# Alternativas para o bioma **Cerrado**

Agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade



Organizadores

**Stéphane Guéneau**

**Janaína Deane de Abreu Sá Diniz**

**Carlos José Sousa Passos**

Este livro tem como objetivo proporcionar um panorama de diversas pesquisas que se interessam ao desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado. Os 12 capítulos abordam as práticas agroextrativistas baseadas no uso sustentável da biodiversidade, como alternativas possíveis ao modelo agroexportador dominante que gera danos sociais e ambientais significativos. No entanto, procuramos oferecer uma obra que trata de várias dimensões do desafio da elaboração e da implementação de uma alternativa viável no Cerrado: organização territorial, sistemas de produção, valorização dos saberes tradicionais, comercialização e organização das cadeias produtivas, políticas públicas, e tecnologias alternativas e adaptadas. As pesquisas apresentadas neste livro mostram que, embora frequentemente apresentados como “arcaicos”, os sistemas agroextrativistas são, pelo contrário, extremamente complexos e inovadores. As técnicas de conservação da agrobiodiversidade, os sistemas agroflorestais ou a capacidade de resiliência e adaptação ao avanço do agronegócio são evidências que mostram que tais sistemas deveriam ser integrados nos cenários de desenvolvimento sustentável do Cerrado. A produção e a coleta sustentável, o beneficiamento e a comercialização de muitas espécies da sociobiodiversidade do Cerrado, muitas vezes desconhecidas pelos consumidores brasileiros, constituem outras perspectivas de desenvolvimento sustentável que merecem melhor atenção dos tomadores de decisão.

# Alternativas para o bioma **Cerrado**

Agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade

Editora



Organizadores

**Stéphane Guéneau**  
**Janaína Deane de Abreu Sá Diniz**  
**Carlos José Sousa Passos**

1ª Edição



RED POLÍTICAS PÚBLICAS  
Y DESARROLLO RURAL EN  
AMÉRICA LATINA

Copyright © 2020 | Editora Mil Folhas

**Ilustração da capa**

**Equipe editorial**

Sylvia Bahri © 2019. Esta imagem ou parte dela não pode ser reproduzida ou usada de forma alguma sem autorização expressa, por escrito, da autora.

**Diagramação**

Ribamar Fonseca (Supernova Design)

**Revisão**

Alexandre Vasconcellos de Melo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Guéneau, Stéphane.  
G926a Alternativas para o bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade / Stéphane Guéneau; organizadores Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, Carlos José Sousa Passos. – Brasília, DF: IEB Mil Folhas, 2020.  
536 p. : 15 x 21 cm

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-87337-01-2

1. Agroextrativismo 2. Cerrado 3. Sociobiodiversidade. I. Diniz, Janaína Deane de Abreu Sá. II. Passos, Carlos José Sousa.  
III. Título.

CDD 634

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

# Sumário

**11** **Apresentação**

*Stéphane Guéneau, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz e  
Carlos José Sousa Passos*

**21** **Introdução: Alternativas para o desenvolvimento do bioma Cerrado: o uso sustentável da sociobiodiversidade pelas comunidades agroextrativistas**

*Stéphane Guéneau, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz e  
Mônica Celeida Rabelo Nogueira*

**77** **Parte 1: Sistemas de produção, organização territorial e impactos ambientais**

**79** **Capítulo 1: Historicidades nos saberes e fazeres tradicionais associados ao extrativismo do coco indaiá**

*Regina Coelly Fernandes Saraiva e Renata Corrêa Martins*

**105** **Capítulo 2: Nos interstícios da soja: transformações dos sistemas produtivos familiares na região do Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano**

*Cláudia de Souza e Ludivine Eloy*

**133** **Capítulo 3: Conflitos e adaptações na implementação das políticas de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento rural na Região do Parque Nacional das Sempre-Vivas, Minas Gerais**

*Dayse de Souza Leite, Stéphane Guéneau e  
Regina Coelly Fernandes Saraiva*

**165** **Capítulo 4: A expansão da fronteira agrícola no Matopiba e seus impactos sobre unidades de conservação e comunidades quilombolas**

*Karla Rosane Aguiar Oliveira e Sérgio Sauer*

**203** **Capítulo 5: Impactos do agronegócio sobre a qualidade e a disponibilidade hídrica no Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Veredas do Oeste Baiano**

*Andréa Leme Silva, Carlos José Sousa Passos e Yuri Salmons*

**253** **Capítulo 6: Análise da percepção de produtores rurais em Mambaí, Goiás, a partir da experiência com a implementação de parcelas de sistemas agroflorestais**

*Sara Pitombo e Thomas Ludewigs*

**287** **Capítulo 7: A diferenciação territorial e integração ao mercado dos produtores agroextrativistas Kalungas, Goiás**

*Cecilia Ricardo Fernandes e Ludivine Eloy*

327

## **Parte 2: Tecnologias alternativas, alimentação sustentável e acesso aos mercados**

329

### **Capítulo 8: Cadeias de produtos da sociobiodiversidade como opção de desenvolvimento sustentável no Cerrado: o desafio da comercialização**

*Stéphane Guéneau, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, Tayline Walverde Bispo e Sabina Dessartre Mendonça*

369

### **Capítulo 9: A reciprocidade na construção social de mercados por agricultores familiares em assentamentos rurais no município de Mambaí, Goiás**

*Igor Aveline, Eric Sabourin*

405

### **Capítulo 10: Sistemas agroalimentares alternativos, construção social de mercados e gastronomização de produtos agroextrativistas do Cerrado brasileiro**

*Laura Maria Goulart Duarte, Stéphane Guéneau, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, Carlos José Sousa Passos*

449

### **Capítulo 11: A implementação da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio): análise de seus limites a partir do caso do coco babaçu no Maranhão**

*Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, Evaristo José de Lima Neto, Stéphane Guéneau, Luis Antonio Valois Morais*

487

### **Capítulo 12: Inovações técnicas para valorização dos produtos do agroextrativismo: relato de experiência no ensino de engenharia de uma máquina para extração da castanha de baru**

*Andréa Cristina dos Santos, Claudio Alberto Bento Franz*

## Capítulo 7

# **A diferenciação territorial e integração ao mercado dos produtores agroextrativistas Kalungas, Goiás**

*Cecília Ricardo Fernandes*

*Ludivine Eloy*





## 1. Introdução

A valorização comercial dos produtos agroextrativistas do Cerrado costuma ser considerada como uma das formas de garantir a conservação da sociobiodiversidade, de fortalecer a agricultura familiar e oferecer alternativas de geração de renda nas zonas rurais (RIBEIRO *et al.*, 2008; SAWYER, 2011; DINIZ *et al.*, 2013) {Diniz, 2013 #792}. Ao mesmo tempo, a construção destes mercados busca e emerge de novas relações entre comunidades tradicionais e cidades, através da construção de cadeias alimentares de alta qualidade, se contrapondo ao avanço do agronegócio no bioma (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005; GUÉNEAU *et al.*, 2017). O termo “agroextrativismo” expressa as especificidades dos sistemas de produção tradicionais, que se caracterizam pela pluriatividade e a diversidade das práticas de manejo e de paisagens, conjugando a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005; DA SILVA; DE ANDRADE MIGUEL, 2014).

No entanto, alguns autores evidenciam a capacidade restrita de mercados de nicho em contemplar os produtores agroextrativistas na sua diversidade, e a imposição paradoxal de estratégias de agregação de valor aos produtos e de estruturação do “negócio” que podem inibir as especificidades destes produtos, e, por vezes, a própria produção e o lucro (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005; GUÉNEAU *et al.*, 2017). Por outro lado, a inserção comercial dos produtos agroextrativistas em maior escala pode implicar na especialização dos sistemas produtivos e de perda de segurança alimentar, num contexto de aumento das mobilidades para a cidade e da fragilização dos territórios tradicionais (PINTON; EMPERAIRE, 2001; NASUTI *et al.*, 2015).

Se existem esforços de pesquisa, de políticas públicas e de projetos para entender e fortalecer as “cadeias da sociobiodiversidade”<sup>77</sup> no Cerrado, por outro lado, há pouca reflexão sobre a complexidade dos sistemas agrícolas tradicionais no bioma, considerando as diferentes formas de inserção no mercado e as especificidades dos territórios das comunidades. A maior parte dos estudos realizados e dos projetos socioambientais sobre práticas produtivas tradicionais no Cerrado enfocam o extrativismo dos “frutos do Cerrado”, tendo em vista seu potencial como alternativa de geração de renda e de conservação (SCHMIDT; FIGUEIREDO; SCARIOT, 2007; FERNANDES, 2009; MAGALHÃES, 2011). Já a diversidade e a transformação das práticas agropecuárias e agroextrativistas e sua inserção em sistemas de atividades familiares<sup>78</sup> são menos documentadas e valorizadas. Mais especificamente, se consideramos os sistemas agroextrativistas tradicionais como “sistemas altamente dinâmicos desenvolvidos por populações locais e cuja qualificação de ‘tradicional’ se refere a uma estreita imbricação entre território e sociedade e não a uma imobilidade ancorada no passado” (EMPERAIRE, 2015, p.1), supomos que a compreensão das estratégias de comercialização de produtos agroextrativistas numa região passa pela análise da história agrária, da diversidade dos

---

77 O termo pode ser entendido como “Um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios”, enquanto a sociobiodiversidade é o “conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais”. (MDA-MMA-MDS, 2009, p. 9).

78 O sistema de atividade familiar designa o conjunto de atividades produtivas e remuneradas realizadas por um indivíduo ou seu grupo doméstico para atender seus objetivos (PAUL et al., 1994).

sistemas agroextrativistas atuais e das dinâmicas territoriais associadas. Isto é particularmente importante se consideramos que, no Cerrado, a ênfase no agroextrativismo e a valorização da “sociobiodiversidade” “têm forjado novas identidades rurais, num processo de ressignificação do próprio espaço rural, agora fortemente associado à natureza e aos processos naturais” (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005). Assim, neste capítulo, partimos da hipótese de que as diferentes formas de inserção dos produtos agroextrativistas se conjugam a processos de diferenciação produtiva, expressando, e talvez reforçando as desigualdades socioespaciais entre as comunidades de um mesmo território. A ideia de diferenciação ou de disparidade territorial, objeto central da geografia social, remete à repartição desigual dos recursos naturais e das infraestruturas, mas também à projeção no espaço das desigualdades sociais (renda, acesso a serviços e políticas públicas, etc.) (FOURNIER; RAOULX, 2003; BRET, 2009; THERY; DE MELLO-THERY, 2012).

O caso das comunidades quilombolas Kalunga, no Norte do estado de Goiás, é emblemático. Trata-se do maior território quilombola do Brasil e do Cerrado, localizado no coração desse bioma, em uma área altamente preservada e prioritária para a conservação da biodiversidade, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2011).

Num contexto de crescente visibilidade da região para a economia do turismo, várias iniciativas e instituições buscam a valorização e o reconhecimento do patrimônio cultural e alimentar Kalunga<sup>79</sup>. Apesar dos Kalungas já terem sido alvo

---

79 Como por exemplo, o projeto Baunilha do Cerrado, coordenado pelo instituto ATÁ, o projeto Arca do Gosto, pela Associação Slow Food Brasil e o Selo Quilombola, pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR).

de muitos estudos, das mais diversas áreas do conhecimento (BAIOCCHI, 1999; VALENTE, 2007; MARINHO, 2008; DE ALMEIDA, 2011; NEIVA *et al.*, 2011; SANTOS, 2012; SIQUEIRA, 2012), os sistemas agroextrativistas dessas comunidades só começaram a receber atenção recentemente, revelando uma rica agrobiodiversidade e cultura alimentar (UNGARELLI, 2009; PEREIRA; DE ALMEIDA, 2011; FERNANDES, 2014).

Essas pesquisas, contudo, abordam a questão das dinâmicas dos sistemas agrícolas Kalunga de forma fragmentada e pontual, sem abranger a complexidade do sistema produtivo, as diferenciações produtivas entre comunidades e famílias e as estratégias de inserção em mercados associadas. De fato, apesar de ser legalmente um território único<sup>80</sup>, sua grande extensão e diversidade biofísica propiciaram o reconhecimento de sub-regiões marcadamente distintas em suas estratégias produtivas e também, de forma mais sutil, em suas práticas culturais. Vão de Almas, Vão do Moleque e Engenho são as macrorregiões mais claramente definidas que, apesar de apresentarem a agricultura, a pecuária e o extrativismo como elementos básicos dos sistemas produtivos, diferenciam-se nos pesos e combinações dadas a essas atividades, assim como em suas formas de se inserirem nos mercados locais.

Neste contexto, o presente capítulo procura analisar os processos históricos de diferenciação socioespacial e produtiva entre as comunidades e famílias Kalunga, de maneira a entender as diferentes formas de inserção dos produtos agroextrativistas Kalunga nos mercados.

---

80 Considerando apenas o Território Kalunga do estado de Goiás, pois, a partir de 2005, a Fundação Cultural Palmares reconheceu a comunidade Kalunga do Mimoso (localizada acima do Rio Paranã, no estado do Tocantins) também como comunidade quilombola.

## 2. Metodologia

### 2.1 *As comunidades*

O Território Kalunga possui 237 mil hectares, localizados no Nordeste do estado de Goiás, e 74 mil hectares localizados no estado do Tocantins, sendo o maior território Quilombola do Brasil (Figura 1). Seus limites oficiais perpassam três municípios goianos (Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás) (BAIOCCHI, 1999) e dois municípios tocantinenses (Arraias e Paranã) (OLIVEIRA, 2010), mas seu povo se encontra presente em diversas outras localidades, como em algumas partes do município de Campos Belos e nos arredores não demarcados do município de Cavalcante.

Sua grande extensão territorial abriga mais de 60 pequenas e médias comunidades que podem ser divididas em três grandes regiões<sup>81</sup> (Goiás): Vão de Almas, Vão do Moleque e Engenho (Figura 1). Os diferentes climas, solos e fitofisionomias encontrados na região, assim como a história agrária, explicam em grande parte uma diferenciação produtiva entre comunidades, implicando diferentes técnicas de cultivo, espaços e plantas cultivadas e calendários.

### 2.2 *A pesquisa*

A coleta dos dados ocorreu entre outubro de 2013 e agosto de 2017, mas a pesquisa ainda segue em andamento. A ênfase

---

81 A divisão em três macrorregiões é fruto de entrevistas com os residentes do Território Kalunga. Entretanto, a forma comum de identificação é baseada em regiões menores, microrregiões, que não serão tratadas neste capítulo

foi sobre a história agrária do território, as práticas e técnicas características dos sistemas agrícolas locais e os perfis socioeconômicos das famílias Kalungas entrevistadas. Para tanto, utilizamos de entrevistas abertas e semiestruturadas, questionários, observações participantes, percursos guiados e análise de imagens de sensoriamento remoto.

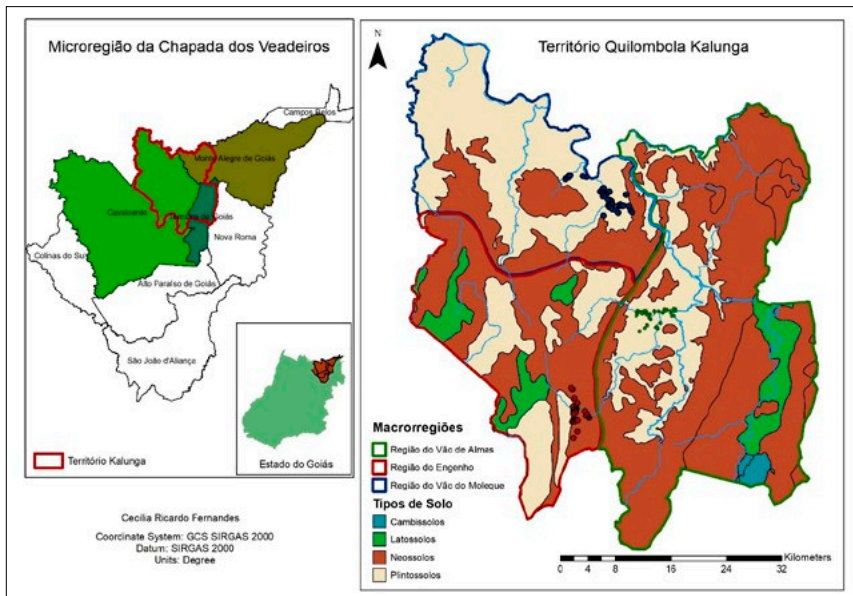
Para a construção dos perfis e estratégias socioeconômicas foram entrevistados 36 grupos domésticos, sendo 11 deles na região do Engenho, 11 na região do Vão de Almas, seis na região do Vão do Moleque e seis na cidade de Cavalcante. Além deles, outras 14 famílias foram entrevistadas com outras metodologias, e por isso não foram contabilizadas nessa amostra, mas os dados levantados auxiliaram no entendimento dos sistemas agrícolas e da história agrária da região. Também foram realizadas entrevistas com as lideranças e anciões do território, assim como com pessoas-chave das cidades próximas.

Para a tipologia das diferentes estratégias econômicas usamos a definição de unidade de produção como unidade de análise<sup>82</sup>. A partir disso, elencamos as principais atividades que compunham a renda familiar, chegando a quatro categorias: agropecuária, extrativismo, turismo e outros trabalhos remunerados.

---

82 Enquanto o grupo doméstico designa o conjunto de pessoas (parentes ou não) que vivem e consomem em conjunto (compartilhando a mesma residência principal), a unidade de produção se refere ao conjunto de pessoas que se organizam para produzir juntas, que consomem o mesmo estoque de produtos e gastam em conjunto os produtos das suas vendas e as eventuais rendas monetárias, podendo se dividir entre diferentes residências (GASTELLU; DUBOIS, 1997; QUESNEL; VIMARD, 1999; FERRATON; COCHET; BAINVILLE, 2003).

**Figura 1:** Mapa do Território Kalunga no contexto da microrregião da Chapada dos Veadeiros (esquerda) e nas suas tipologias de solo, macrorregiões e pontos de roças pesquisadas (direita)



Fonte: Elaboração das autoras (2017).

### 3. Resultados

#### 3.1 Principais formas de cultivo e criação dentro do território

As comunidades Kalungas baseiam seus sistemas agrícolas em uma grande diversidade de espaços, seja por meio



do cultivo ou do manejo da paisagem. Os principais ambientes de produção são: as *roças em terra seca*, as *roças de vazante*, as *capoeiras*, as *pastagens nativas*, os *pastos plantados* (*roça de pasto*), o *cerrado* (*mato/sertão*), os *quintais* e os *rios*. Cada um desses ambientes apresenta uma importância diferente de acordo com a região do território e/ou da estratégia socioeconômica adotada pelas famílias. Portanto, as atividades descritas a seguir não são homogêneas ao longo do território, mas elementos para entender o complexo sistema agroextrativista Kalunga.

### 3.1.1 *Roças em terra seca*

O principal espaço produtivo da comunidade Kalunga são as *roças de terra seca*, também chamadas de *roças de toco* (Figura 2), localizadas em fitofisionomia de cerrado típico, cerrado denso, cerradão, mata de galeria ou mata ciliar (*sertão, mato e/ou mata*). Essas roças são geralmente abertas logo após as primeiras chuvas (entre outubro e dezembro) por meio da técnica de *corte e queima*. Os produtores usufruem dessas parcelas produtivas por um período de quatro a seis anos, após o qual levam o cultivo para um novo local, que na maior parte das vezes é uma antiga roça (*capoeira*). O período de pousio varia de seis a 50 anos, dependendo da disponibilidade de áreas aptas para o cultivo. As roças Kalungas também se destacam por serem espaços produtivos ricos em agrobiodiversidade. Entretanto, o presente capítulo não irá adentrar no detalhamento das espécies e variedades que compõem essa diversidade agrícola, por falta de dados consolidados.

### 3.1.2 *Capoeiras*

Nos primeiros anos das roças, os Kalunga costumam plantar, além dos cultivos principais, espécies de ciclo longo que continuam produzindo após a interrupção dos cultivos anuais, tornando as capoeiras espaços frequentemente visitados em busca de seus produtos, mas que requerem poucos cuidados. Assim como o quintal, além dessa função produtiva e nutricional, as capoeiras também funcionam como bancos de agrobiodiversidade: a cada nova roça, as famílias recorrem às estacas e raízes que estão nas suas capoeiras (manivas de mandioca, brotos de bananas, sementes de abóbora).

### 3.1.3 *Roças de Vazante*

As roças de vazante no Território Kalunga estão concentradas ao longo dos grandes rios do território, os Rio Almas<sup>83</sup> e o Rio Paranã (Figura 3). Nesses espaços, a fertilidade das terras que são inundadas no período das chuvas é aproveitada durante a estação seca, quando o nível das águas desce. O milho e o fumo são duas espécies cultivadas frequentemente nesses espaços.

---

83 O Rio Almas, que corta o Território Kalunga, foi rebatizado pela comunidade de Rio Branco.

**Figura 2:** Roça de toco na região do Engenho



Foto: Cecília Fernandes (2015).

**Figura 3:** Roça de vazante com plantação de fumo, ao longo do Rio Paranã, na região do Vão de Almas



Foto: Rogério Coelho (2016).

### 3.1.4 Pastagens nativas

As fitofisionomias de campo sujo, campo limpo e veredas são utilizadas para o pastoreio do gado (Figura 4). A roça de gado mais encontrada é uma mistura entre o Curraleiro e o Nelore, que apresentam maior resistência à seca e uma tolerância ao consumo de capim seco. As pastagens nativas são manejadas com o fogo ao longo do ano para fornecerem alimento ao rebanho durante a época da seca. Os primeiros manejos são feitos entre maio e junho (início da estação seca), 20 à 40 dias antes da solta dos animais. É comum que ao longo da estação seca ocorram outras queimadas para renovação das pastagens, mas esse manejo varia de acordo com a necessidade de cada comunidade de um ano para o outro.

**Figura 4:** Pastagem nativa, recém-manejada com fogo, na região do Engenho.



Foto: Cecília Fernandes (2015).

### 3.1.5 Pastos plantados, roças de pasto

Em algumas comunidades dentro do Território Kalunga, o desenvolvimento da pecuária explica a plantação de pastos com gramíneas exóticas, dos gêneros *Brachiaria*, *Andropogon* e *Hyparrhenia* (capim Jaraguá). Essa prática auxilia na garantia de áreas mais controladas para o pastoreio ao longo da seca e proporciona um ambiente para cuidar dos animais que necessitam de atenção especial (vacas paridas, bezerros e animais doentes). As *roças de pasto*, ou simplesmente *pastos*, como são chamadas pela comunidade, estão geralmente localizadas próximas às casas. As superfícies destes pastos variam bastante entre as diferentes comunidades, com médias entre 0,1 e 0,7 ha por família, e nas localidades onde a pecuária tem maior importância econômica, as roças de pasto tendem a substituir as roças de toco e capoeiras.

### 3.1.6 Quintais

Localizados ao redor das casas, podem se estender até as roças de toco. Abrigam animais e cultivos consumidos no dia a dia e são os espaços cultivados mais frequentados pelas famílias, refletindo a rica agrobiodiversidade da comunidade. Neles, encontram-se alimentos típicos das roças, como a mandioca, o milho e o feijão de corda, mas que são destinados ao consumo diário da família. Também estão presentes as verduras e temperos mais apreciados em pequenas hortas suspensas ou protegidas. Encontramos nesses espaços uma grande gama de frutas exóticas e espécies nativas que foram selecionadas na hora da limpeza do terreno para permanecerem junto a casa (como o pequi- *Caryocar brasiliense*, a cagaita - *Eugenia dysenterica*), o

jatobá- *Hymenaea courbaril*, o buriti- *Mauritia flexuosa*, a sucupira- *Pterodon emarginatus* e o coco indaiá- *Attalea dubia*). Além de exercerem a função de reservatório de agrobiodiversidade, os quintais também são espaços de experimentação de novas variedades, que podem ser depois multiplicadas para as roças, como acontece com o abacaxi, a mandioca e a cana.

### 3.1.7 Cerrado Sertão

Outro ecossistema manejado pelas comunidades Kalungas são as áreas de *cerrado* ao redor das casas e roças. A manutenção da saúde desses ambientes é fundamental para o bem-estar das famílias, que constantemente usufrui do *cerrado*, seja em busca de alimento, remédios ou matéria-prima para construção e reparo das casas. Essas espécies são consumidas *in natura* ou processadas, e podem ser armazenadas para o consumo ao longo do ano ou comercializadas na própria localidade, em outras comunidades ou na cidade (Quadro 1).

**Quadro 1:** Lista das principais espécies e variedades utilizadas para o extrativismo nas comunidades

Espécie	Produtos
Pequi ( <i>Caryocar brasiliense</i> )	Caroço, o óleo, polpa desidratada e conserva.
Cagaita ( <i>Stenocalyx dysentericus</i> )	Consome-se a fruta, o suco, a polpa e os doces.
Mangaba ( <i>Hancornia speciosa</i> )	
Cajuí ( <i>Anacardium Humile</i> )	

Espécie	Produtos
Baru ( <i>Dipteryx alata</i> )	Castanha e o mesocarpo
Jatobá ( <i>Hymenaea courbaril</i> )	Farinha da polpa e da casca
Gueroba ( <i>Syagrus oleracea</i> )	Palmito e castanha dos coquinhos
Puxa-puxa ( <i>Brosimum gaudichaudii</i> )	Fruta, suco e polpa
Muricí ( <i>Byrsonima crassifolia</i> )	Fruta e bebidas curtidas
Baunilha ( <i>Vanilla edwalli</i> )	Vagem
Baquari ( <i>Salacia crassifolia</i> )	Fruta
Coco <sup>9</sup> (Xodô, Indaiá, Licuri, Catulé)	Óleo, castanha, farinha do mesocarpo, palmito, paçoca
Buriti ( <i>Mauritia flexuosa</i> )	Doce, óleo, farinha, aspas do fruto seco, polpa

Fonte: Elaboração das autoras (2017).

Em alguns casos, para a manutenção das áreas de colheita das espécies frutíferas, a comunidade usa o fogo no início da estação seca e antes do final da estação chuvosa, para impedir que fogos de fim de estação seca entrem na área durante a floração ou a frutificação. Esse fogo precoce nas áreas de colheita também favorece a colheita do ano seguinte, que vem mais abundante em consequência da renovação da fertilidade do solo e da diminuição do estrato herbáceo e arbustivo.

84 Coco Xodô (*Acrocomia aculeat*); Coco Indaiá (*Attalea dúbia*); Coco Licuri (*Syagrus coronata*); Coco Catulé (*Syagrus oleracea*).



## 4. A diferenciação produtiva entre as comunidades

A grande extensão do Território Kalunga abriga uma ampla gama de fitofisionomias, climas e paisagens. Barreiras físicas como serras, rios e vãos propiciaram, junto a fatores históricos e culturais, uma diferenciação territorial ampla.

### 4.1 Região do Vão de Almas

A região do Vão de Almas abrange três municípios (Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre) (Figura 1). Apresenta as menores altitudes dentro da área Kalunga (300 m em média), com uma predominância de cerrado sentido restrito. Seus solos são predominantemente plintossolos e neossolos (GALINKIN, 2003), geralmente considerados como de “baixa fertilidade” ou “impróprios para a agricultura” nos mapas de aptidão de solo (IBGE, 2010), mas usados e chamados pelos Kalunga de “terra branca”. Esses solos são impróprios para espécies exigentes, como o feijão e o arroz, mas ótimos para o plantio de mandioca, por exemplo.

Assim, os pontos fortes destas comunidades são o plantio da mandioca e confecção da sua farinha, o extrativismo e processamento de frutas nativas (Quadro 2), a pesca e as roças de vazante nos principais rios, e o turismo religioso e cultural. Um ponto fraco é a dificuldade de escoamento da produção, por conta das barreiras geográficas. Devido ao difícil acesso, a região só foi favorecida com infraestruturas básicas, como estradas e escolas, a partir do ano 2000, e ainda hoje sofre com a dificuldade de locomoção, baixa eletrificação rural, inconstância do transporte escolar e limitado acesso a políticas públicas.

**Quadro 2:** Quadro comparativo das macrorregiões do Território Kalunga, com as principais características e os pontos fortes e fracos do ponto de vista agroeconômico

Macror-regiões	Características geográficas	Pontos fortes	Pontos fracos	Obs.
Vão de Almas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plintossolo e neossolo</li> <li>- Terra branca</li> <li>- Temperaturas Altas</li> <li>- Baixa altitude (300 m)</li> <li>- Cerrado sentido restrito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mandioca (Farinha)</li> <li>- Extrativismo</li> <li>- Pesca</li> <li>- Turismo Religioso</li> <li>- Roças de Vazante</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Feijão (com exceção do verde/ de corda)</li> <li>- Escoamento da produção</li> <li>- Turismo de recreação</li> </ul>	Apesar de o solo ser mais fraco não faltam áreas cultiváveis.
Vão do Moleque	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plintossolo e neossolo</li> <li>- Terra branca</li> <li>- Temperaturas Altas</li> <li>- Baixa Altitude (400 m)</li> <li>- Cerrado sentido restrito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gado</li> <li>- Mandioca e arroz</li> <li>- Roças de vazante</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Feijão</li> <li>- Escoamento da produção</li> <li>- Acesso à a gua e a terras de cultura</li> <li>- Turismo</li> </ul>	- Transição de roças para pastos.

Macrorregiões	Características geográficas	Pontos fortes	Pontos fracos	Obs.
Engenho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Latossolos e neossolos</li> <li>- Terra preta e vermelha</li> <li>- Temperaturas mais amenas</li> <li>- Alta altitude (1.000 m)</li> <li>- Cerrado sentindo amplo com muitas formações florestais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Arroz, feijão, gado</li> <li>("Bom pra tudo")</li> <li>- Turismo</li> <li>- Comercialização de produtos locais</li> <li>- Escola de ensino médio (jovens permanecem)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Roças longe das casas,</li> <li>- Possibilidade de conflito por novas terras disponíveis</li> </ul>

Fonte: Elaboração das autoras (2017).

Assim como no Vão do Moleque, a distribuição espacial das famílias se manteve próxima ao padrão adotado na maior parte do território nos últimos séculos: a ampla dispersão, baixa densidade e de invisibilidade junto à paisagem foi a forma de se dispor no território que protegeu as famílias Kalungas, ao longo da sua história, de diversos tipos de perseguição e violências as quais estavam sujeitos junto às comunidades circundantes.

#### 4.2 Região do Vão do Moleque

A região do Vão do Moleque está localizada no Noroeste do Território Kalunga (Figura 1). Também apresenta uma

predominância de plintossolos e neossolos (GALINKIN, 2003) com uma altitude média de 400 m. Sua fitofisionomia predominante é o cerrado sentido restrito, mas com alta presença de campo sujo. Os pontos fortes da produção agrícola são a mandioca e o arroz. Também apresenta roças de vazante nos principais rios (Paraná e Prata), mas a criação de gado reveste uma importância central nessa comunidade. Em decorrência disso, também é a região com mais pastos plantados.

Contudo, por conta do tipo de solo, o feijão não é produzido em abundância, e precisa ser adquirido em outras parcelas do território. O escoamento da produção, assim como no Vão de Almas, é complicado e depende de estradas de difícil acesso e baixa manutenção. Nessa macrorregião, o acesso à água e a boas terras de cultura é um problema citado pelos moradores, assim como as mudanças climáticas<sup>85</sup> e falta de acesso a políticas públicas e infraestrutura (ex. baixa eletrificação rural, qualidade das estradas, transporte escolar).

### 4.3 Região do Engenho

A região do Engenho, com altitude média de 1000 m, localizada na parcela Sudoeste do território, apresenta uma predominância de latossolos e neossolos (Figura 1), o que talvez justifique a recorrente afirmação “no Engenho tudo que planta dá”. Suas roças estão localizadas em áreas de terra preta e vermelha, com abundância de formações florestais. Seus pontos fortes são a alta produtividade e agrobiodiversidade nas roças,

---

85 A percepção de “mudança climática” da comunidade está associada às alterações no regime de chuvas, como o atraso do início da estação das águas, as secas prolongadas e as enchentes decorrentes da variação volumétrica das chuvas.

a abundância de pastagens nativas, o grande potencial turístico explorado, a facilidade de acesso e escoamento e a escola de ensino médio (única em todo o território).

Essa macrorregião engloba a maior comunidade do território, chamada Engenho II, com aproximadamente 200 famílias. Ela é a comunidade mais próxima da sede do município de Cavalcante, a mais visitada por turistas, instituições, projetos. Nessa parcela do território as moradias das famílias estão aglomeradas em forma de vilarejo e as roças se localizam em média a 5-8 km das casas. Por estarem localizados entre vãos e serras, esses espaços produtivos são de difícil alcance (a pé ou de mula). Essa distância espacial dificulta a armazenagem e o escoamento da produção familiar da roça até as casas, criando a necessidade do deslocamento prolongado até os ranchos durante a época produtiva.

## 5. Diferenciação econômica

Duas características são marcantes na organização das famílias Kalungas: a pluriatividade e a multilocalidade. A primeira delas diz respeito à diversidade de atividades econômicas que as famílias mantêm (PAUL *et al.*, 1994), criando assim uma renda familiar diversificada. A multilocalidade diz respeito ao conjunto de locais que compõem os espaços produtivos e as residências das famílias, que ao criarem uma rede de locais (moradia no campo, moradia na cidade, roças, quintais, pastos, ranchos, etc.) se tornam menos vulneráveis a flutuações ambientais e econômicas (PADOCH *et al.*, 2008; ELOY, 2009; NASUTI; ELOY; LE TOURNEAU, 2013).

Contudo, as observações e entrevistas em campo indicaram diferentes perfis no que diz respeito às estratégias socioeconômicas e as formas de produção dos grupos familiares de cada macrorregião. Essas estratégias podem ser divididas em quatro perfis, que representam a atividade principal do grupo doméstico: agropecuária,<sup>86</sup> extrativismo, turismo e outros trabalhos remunerados.<sup>87</sup> Entretanto, em decorrência da pluriatividade, é raro encontrar uma família que exerça atividades de uma única categoria.

O principal perfil encontrado no território é o da família que combina a agropecuária com o extrativismo, mas, dependendo da região, o peso da criação de gado e do extrativismo na renda familiar podem variar. O que vem crescendo, entretanto, é a associação da agropecuária com turismo. O perfil rural combinado com outros trabalhos remunerados, exclusivamente focado em trabalhos remunerados ou exclusivamente voltados para o turismo, ainda é raro, mas encontrado nas cidades próximas, como Cavalcante (mesmo que mantenham os quintais como espaços produtivos nas cidades).

Para analisar a importância de cada atividade no território e nas macrorregiões do território, contabilizou-se o número de vezes que cada um destes perfis (agropecuária, extrativismo, turismo, outros trabalhos remunerados) apareceu no levantamento das atividades exercidas pelos diferentes membros dos grupos domésticos entrevistados nas diferentes macrorregiões (Figura 5). Esses dados mostram

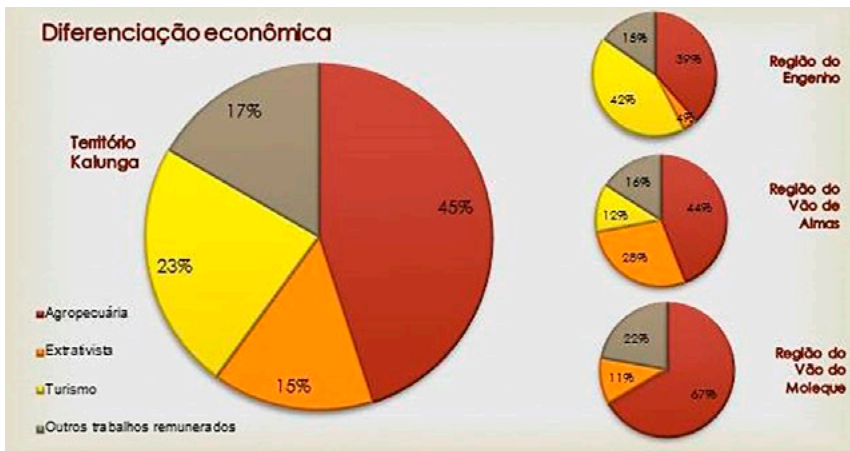
---

86 Agropecuária – esse perfil engloba tanto as famílias que têm como principal atividade a agricultura quanto as que mantêm a agricultura e a pecuária como elementos principais da renda familiar.

87 Esse perfil faz referência a: trabalho assalariado fixo e esporádico, trabalho remunerado nas cidades e nas roças, diárias, etc.

que a estratégia socioeconômica voltada para a agropecuária é dominante, seguida pelo turismo e pelo extrativismo, mas com forte diferenciação entre as macrorregiões.

**Figura 5:** Diferenciação econômica das três macrorregiões e do território Kalunga como um todo



Fonte: Elaboração das autoras (entrevistas com 36 grupos domésticos entre 2013 e 2017).

### 5.1 Vão de Almas

A região conhecida como Vão de Almas é muito ampla, apresentando uma grande diversidade de sistemas de produção, mas a estratégia típica dentro dessa macrorregião é a agricultura (44%) combinada com o extrativismo (28%). A produção agrícola familiar voltada para a autossuficiência é o principal alicerce da economia familiar, mesmo que a baixa afinidade do

feijão comum e do arroz aos solos locais faça com que os moradores precisem adquirir parte desses alimentos junto a produtores de outras regiões (Engenho e Cavalcante), em troca, principalmente, de farinha e produtos extrativistas.

Assim, o extrativismo na região do Vão de Almas é o mais praticado do que em qualquer outra parte do território. Os produtos extrativistas dessas comunidades são diversos e abundantes, podendo ser para o uso familiar ou para a venda nas cidades próximas, como acontece com o côco indaiá (farinha, castanha, paçoca, óleo), o pequi (óleo, polpa, desidratado), o baru (castanha, farinha da casca, óleo), o jatobá (farinha, seiva) e as frutas, como a mangaba e a cagaita (polpas, sucos e doces). Quando necessitam de incrementos monetários na renda familiar, os moradores se deslocam até as cidades próximas para “mascatearem”<sup>88</sup> seus produtos.

Essas duas estratégias combinadas (agropecuária e extrativismo) enriquecem e diversificam a alimentação das famílias, que têm sua segurança alimentar aumentada (FERNANDES, 2014) e se mantêm mais autônomas, ou seja, menos vulneráveis a variações do preço dos produtos, da disponibilidade de transporte, de trabalhos assalariado e do clima. Outros trabalhos remunerados e o turismo contribuem pouco para a economia das famílias da região, mas têm crescido ao longo do tempo. A busca por trabalhos temporários nas cidades e fazendas próximas ainda é uma alternativa comum, principalmente em situações extremas (seca ou urgências de saúde) ou como acúmulo inicial de renda para os jovens casais.

---

88 Expressão local que se refere à venda ambulante, feita de porta em porta, pelos produtores.



## 5.2. *Vão do Moleque*

A região do Vão do Moleque aparece com a agropecuária predominando em 67% dos grupos domésticos. As rendas familiares se apoiam na criação de gado em pastagens nativas e em pastos plantados, em proporções maiores que no resto do território. Dessa forma, o dinheiro oriundo da venda dos animais (ou do abate) compõe a renda familiar de forma estrutural, garantindo a aquisição de produtos não cultivados na região (como por exemplo, o feijão), essenciais para a segurança alimentar desse grupo.

Outros trabalhos remunerados entram de forma mais esporádica na composição dos sistemas de atividades familiares dessa macrorregião (22%), seguindo um padrão similar ao encontrado no Vão de Almas. O extrativismo, que aparece de forma bem modesta nessa amostra (11%), é voltado para a autossuficiência e complemento da dieta familiar. Já o turismo, que nessa amostra foi nulo, está resumido apenas a algumas datas religiosas e a pouquíssimos grupos familiares.

## 5.3 *Engenho*

A região do Engenho detém um dos atrativos turísticos mais visitados do estado de Goiás, a cachoeira Santa Bárbara, que tem levado centenas de visitantes todos os dias ao povoado do Engenho II. Esse fluxo de pessoas permitiu que, nos últimos 30 anos, diversas atividades econômicas fossem desenvolvidas pela comunidade (restaurantes, campings, serviço de condução de visitantes, comercialização de produtos extrativistas e artesanatos).

Isto explica a importância do turismo dentro dos sistemas de atividades das famílias entrevistadas (42%). Contudo, muitas pessoas ainda se concentram na agropecuária (39%), e a combinação de atividades mais comum nas unidades de produção é aquela que associa essas duas fontes de renda (agropecuária e turismo). Dessa forma, é recorrente encontrarmos famílias que mantêm quintais e roças para a sua autossuficiência alimentar, mas que trabalham com serviços turísticos que garantem a entrada regular de dinheiro na economia familiar.

Essa combinação tem dado certo para muitas famílias, que intensificam os trabalhos turísticos na seca<sup>89</sup> (alta temporada) e os agrícolas durante a estação chuvosa (época da preparação do solo e do plantio). Assim, é comum encontrarmos moradores que trabalham como condutores alguns dias por semana, mas que mantêm os cuidados frequentes com as áreas de cultivo, que são intensificados durante a estação chuvosa. Ou também mulheres que produzem doces, biscoitos, frutas desidratadas, artesanatos e remédios para serem vendidos nas lojinhas voltadas para os turistas, mas que não abrem mão dos seus quintais e roças na composição alimentar diária das famílias. Mesmo as famílias que mantêm a agricultura como principal estratégia econômica possuem as facilidades de comercialização, escoamento e melhores preços que o turismo trouxe para essa região.

---

89 O bioma Cerrado apresenta duas estações bem delimitadas, um inverno seco (também conhecido como estação seca, de abril a setembro) e um verão chuvoso (conhecido como estação chuvosa ou das águas, de setembro a março).

## 6. A diferenciação territorial e suas origens

Apesar de fazerem parte de um território único, as comunidades Kalungas apresentam particularidades que, de certa forma, estão associadas à região do território em que se encontram. Como podemos explicar que regiões tão semelhantes biofísicamente, como a do Vão de Almas e do Vão do Moleque, desenvolvam estratégias produtivas e de inserção no mercado tão distintas? Ou que na região de maior predisposição para a agricultura, como no Engenho II, o principal foco das estratégias econômicas seja o turismo? Isso se deve a uma combinação de fatores que aliam as condições biofísicas, a história agrária de cada macrorregião e uma territorialização desigual das políticas públicas e projetos socioambientais. Para explicarmos essas aparentes incoerências, recorreremos agora a alguns elementos-chave da história agrária de cada macrorregião do território.

Começamos pelo histórico de grilagem das terras quilombolas ao longo da segunda metade século XX no Nordeste goiano. Enquanto algumas áreas foram extremamente visadas para a agricultura pelos “paulistas”<sup>90</sup> em decorrência dos solos mais férteis (principalmente áreas de latossolo e neossolo) e do acesso facilitado (áreas mais próximas aos centros comerciais ou a estradas) outras foram parcialmente esquecidas, sofrendo menor pressão fundiária. Se compararmos o mapa dos imóveis em fase avançada de desapropriação<sup>91</sup> do território Kalunga com o mapa de solos,

---

90 Forma como a comunidade Kalunga se refere aos forasteiros que chegaram à região a partir da década de 1980.

91 Esse mapa pode ser encontrado no “Plano de Ação do Quilombo Kalunga”, de 2016.

encontramos uma porcentagem baixíssima de fazendas sobrepostas às áreas de solos ditos “mais fracos” (plintossolos).

Dessa forma, as famílias que residiam nessas áreas foram pressionadas a deixarem suas terras ou a trabalharem como funcionários e meeiros para os fazendeiros (BAIOCCHI, 1999). Na região do Engenho, muitas das famílias foram expulsas de suas terras, aglomerando-se próximo a parentes e conhecidos no que veio a se tornar o vilarejo do Engenho II,<sup>92</sup> mas algumas permaneceram trabalhando em sistema de “meia”<sup>93</sup> junto aos forasteiros.

Em regiões menos aptas à agricultura, como a região do Vão do Moleque, o foco das grilagens de terra foram as áreas possíveis de serem destinadas à pecuária. As opções eram o abandono de suas terras ou trabalhar para os fazendeiros, como vaqueiros ou boiadeiros. Assim, as famílias dessa macrorregião mantiveram sua cultura de produção agrícola ao longo das décadas, mas foram adotando paulatinamente a pecuária, através do sistema de “criação de meia”, como em muitas outras regiões rurais latino-americanas (RIBEIRO *et al.*, 2008; COCHET; LÉONARD; TALLET, 2010).

No início do século XXI, a abertura de novas estradas e as políticas públicas de assistência técnica rural, construção de escolas e os programas de transferência condicionada de renda intensificaram os processos de diferenciação territorial que haviam começado no século anterior (VALENTE, 2007). Assim, a região do Engenho II se consolidou com a luta pela demarcação

---

92 Ao longo dos anos a abertura de estradas, construção de infraestrutura e o acesso a atrativos turísticos também veio a intensificar a aglomeração espacial nessa região.

93 Sistema de uso indireto da terra onde o agricultor tem que dividir uma parte da sua colheita anual com o proprietário das terras, geralmente a meia.

do território, sendo visada para a implementação de escolas, eletrificação rural, posto de saúde, centro de atendimento ao turista e pesquisas científicas. Todos esses fatores, aliados à abertura de atrativos turísticos de fácil acesso, criaram nessa região uma conjuntura propícia para o desenvolvimento de um turismo local. Na época do decreto de criação do Território Kalunga de Goiás, em 23 de novembro de 2009, a comunidade já havia consolidado a estratégia socioeconômica voltada para o turismo. Mesmo assim, a devolução das terras com solos mais férteis à comunidade propiciou uma estabilidade fundiária para as famílias que haviam permanecido com suas atividades produtivas, permitindo, novamente, o crescimento dessa atividade e a diminuição da insegurança alimentar (FERNANDES, 2014).

Já na região do Vão do Moleque, a demarcação do território quilombola trouxe uma maior segurança fundiária às famílias, nem tanto no que se refere às roças, mas, sim, aos pastos. As regiões de pastoreio, antes destinadas para a criação do gado de forasteiros, começaram a ser desapropriadas e usufruídas pela comunidade. Dessa forma, o perfil produtivo da comunidade, que já vinha se inclinando para a pecuária, foi fortalecido pelas políticas públicas (principalmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que estimularam a implementação de pacotes tecnológicos, com a mecanização das roças de pasto, o plantio de gramíneas exóticas, a utilização de insumos e o aumento dos rebanhos.

A macrorregião do Vão de Almas, pelo seu isolamento geográfico, solos tipicamente menos férteis e por estar fora das rotas comerciais e turísticas, sofreu menos grilagem. Esses elementos também fizeram com que, a partir dos primeiros anos do século XXI, as comunidades fossem menos assistidas por políticas

públicas básicas. Estradas, escolas, acompanhamento médico, programas de transferência condicionada de renda e assistência técnica rural chegaram muito tardiamente a essa parcela do território, quando comparado às outras regiões.

Por conta disso, a estratégia produtiva tradicional das comunidades, aquela desenvolvida ao longo dos séculos passados quando as relações estabelecidas com os as cidades próximas eram mínimas, manteve-se forte nas famílias que continuaram baseando a maior parte da sua estratégia econômica na agricultura de autossuficiência, no extrativismo e na pequena criação de gado. Esse modelo socioeconômico também é o que garantia, e garante até hoje, uma maior segurança alimentar às famílias dessa região, mesmo quando a entrada de dinheiro se torna escassa na composição da renda familiar.

Dessa forma, a região do Vão de Almas, apesar da grande semelhança biofísica com a do Vão do Moleque, consolidou uma estratégia socioeconômica diferente que não se baseia na criação de gado, mas na agrobiodiversidade das roças e do cerrado associadas à comercialização esporádica de seus produtos.

## 7. Considerações finais

Vimos ao longo deste capítulo a diferenciação produtiva, econômica e territorial entre as diferentes regiões do Território Kalunga de Goiás: a região do Engenho, focada no turismo e na agricultura; a região do Vão do Moleque, com a combinação de agricultura e pecuária; e a Região do Vão de Almas, onde predomina a agricultura e o extrativismo. Com isso, a inserção dos

produtos agroextrativistas destas diferentes regiões se apoia em três cadeias bem distintas: uma cadeia de produtos “típicos”, processados e voltados para o turismo através da venda direta (Engenho), fortalecendo as famílias que conseguem desenvolver a pluriatividade nesta região “privilegiada” em relação às outras, tanto em termos de recursos naturais, atrativos turísticos, infraestruturas e políticas públicas; uma cadeia especializada nos produtos animais (bezerros e carne) fortemente ligadas aos fazendeiros da região (Vão do Moleque); uma cadeia de produtos extrativistas processados artesanalmente e escoados através de uma multiplicidade de canais (encomendas, feiras, etc.), mas limitados pela falta de acesso e de energia (Vão de Almas). Cada estratégia de inserção dos produtos Kalunga nos mercados apresenta seus pontos fortes e fracos, como, por exemplo, a sazonalidade do turismo à qual a comunidade do Engenho está sujeita, a baixa segurança alimentar que o foco na pecuária traz às famílias do Vão do Moleque, ou a dificuldade de comercialização dos produtos agroextrativistas nos mercados locais, que as comunidades do Vão de Almas enfrentam.

A diferenciação destes sistemas de atividades incide diretamente sobre a segurança alimentar das famílias. A escolha por uma estratégia mais monetarizada (como no caso das relacionadas ao turismo) aumenta o poder de escolha, de compra e de decisão das famílias sobre sua alimentação. Esse processo, que pode ser avaliado como um incremento na segurança alimentar por alguns indicadores (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011; FERNANDES, 2014), não necessariamente estará garantindo elementos

fundamentais à segurança alimentar no seu conceito amplo,<sup>94</sup> como a qualidade dos alimentos e a autonomia.

Podemos levar esta reflexão um pouco mais além, se extrapolarmos o conceito de segurança alimentar para o de soberania alimenta<sup>95</sup> (CHONCHOL, 2005; ALTIERI, 2010). Nessa perspectiva, dentro do Território Kalunga, as famílias que estariam mais próximas a esse “ideal” das populações agroextrativistas tradicionais do Cerrado (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005) seriam aquelas com os sistemas produtivos mais diversificados e autônomos, como no caso do Vão de Almas. Estas comunidades são menos dependentes de mercados, sementes e produtos externos, conseguindo manter uma dieta variada, saudável e fiel aos costumes e paladar local.

Assim, ao percorrermos esse extenso território, nos deparamos com diversas particularidades regionais, sejam elas sociais ou ambientais. Porém, essas diferenciações territoriais, abordadas nos tópicos anteriores, acabam sendo mascaradas por uma identidade homogênea surgida da necessidade de coerência e unidade das comunidades quilombolas frente às suas lutas e reivindicações. Contudo, esse processo acaba por camuflar as demandas individuais de cada região, o que pode tornar os projetos e políticas públicas imprecisos ou até

---

94 Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2006, segurança alimentar e nutricional é definida como “[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis”. (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006)

95 Altieri (2010, p. 24) define soberania alimentar como “o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor”.



mesmo, em alguns casos, equivocados e danosos para as práticas tradicionais das comunidades.

As disparidades territoriais que observamos neste território se assemelham a outros territórios de comunidades tradicionais, como, por exemplo, no Norte de Minas Gerais ou no Jalapão, onde um número reduzido de comunidades e famílias captam o essencial dos recursos (infraestruturas, projetos, sementes, cursos, etc.) e da atenção dos pesquisadores, enquanto os outros ficam cada vez mais invisíveis e/ou vulneráveis, funcionando como um círculo vicioso que tende a simplificar as realidades, práticas e identidades em um quadro aparentemente coeso, dentro de um mesmo “território”.

Sendo assim, a compreensão dos diferentes sistemas de produção ou, de forma mais ampla, das diferenciações territoriais, tem se mostrado fundamental para o debate efetivo sobre o planejamento territorial e produtivo das comunidades tradicionais. Nesse mesmo sentido, é importante que a valorização dos produtos do Cerrado ou das “cadeias da sociobiodiversidade” seja um processo construído sobre uma reflexão ampla que contemple a diversidade e a transformação das comunidades tradicionais do Cerrado e de seus sistemas produtivos.

## Referências

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*, n. 16, p. 22-32, 2010.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. *Kalunga: povo da terra*. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.

BRET, Bret. Interpréter les inégalités socio-spatiales à la lumière de la Théorie de la Justice de John Rawls. *Annales de géographie*, v. 665-666, n. 1, p. 16-34, 2009.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

COCHET, Hubert; LÉONARD, Éric; TALLET, Bernard. Le métayage d'élevage au Mexique. Colonisations foncières et dynamiques d'une institution agraire dans l'histoire contemporaine. *Annales de Géographie*, n. 6, p. 617-638, 2010.

DA SILVA, Camila Vieira; DE ANDRADE MIGUEL, Lovois. Extrativismo e abordagem sistêmica. *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, n. 2, 2014.

DE ALMEIDA, Maria Geralda. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás-patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico*, v. 4, n. 1, p. 36-63, 2011.

DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá *et al.* Agregação de valores a espécies do Cerrado como oportunidade de inserção da agricultura familiar em mercados diferenciados. In: CONTERATO, Marcelo Antônio *et al.* (Org.). *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. p. 268-289.

ELOY, Ludivine. Diversidade alimentar e urbanização: o papel das migrações circulares indígenas no Noroeste Amazônico. *Anthropology of Food*, v. S6, 2009.

EMPERAIRE, Laure. *La patrimonialización de un sistema agrícola en la Amazonia brasileña*. In: PRIMER ENCUENTRO DEL PATRIMONIO. Diversidad cultural y el estado: escenarios e desafíos de hoy [*Anais*]. Buenos Aires: Ministerio de la Cultura, 2015. p. 178-188.

FERNANDES, Cecília Ricardo. *Saberes e sabores kalungas: origens e consequências das alterações nos sistemas alimentares*. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FERNANDES, Mario Rique. *Refazendo o sertão: o lugar do buriti (*Mauritia flexuosa* Linn. f.) na cultura sertaneja de Terra Ronca-GO*. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FERRATON, Nicolas; COCHET, Hubert; BAINVILLE, Sebastian. *Initiation à une démarche de dialogue*. Etude des systèmes de production dans deux villages de l'ancienne boucle du cacao (Côte d'Ivoire). Paris: Gret, 2003.

FOURNIER, Jean-Marc; RAOULX, Benoit. La géographie sociale, géographie des inégalités. *Travaux et Documents*, v. 20, p. 25-32, 2003.

GALINKIN, Maurício (Org.). *Geo-Goiás 2002: estado ambiental de Goiás*. Goiânia: Agência Ambiental de Goiás; Fundação CEBRAC; PNUMA; SEMARH-DF, 2003. 272p.

GASTELLU, Jean-Marc; DUBOIS, Jean-Luc. En économie: l'unité retrouvée, la théorie revisitée. In: PILON, Mare *et al.* (Dir.). *Ménages et familles en Afrique: approches des dynamiques contemporaines*. Paris: CEPED, 1997. p. 75-97.

GUÉNEAU, Stéphane. *et al.* Construção social dos mercados de frutos do Cerrado: entre sociobiodiversidade e alta gastronomia. *Século XXI*, v. 7, n. 1, p. 130-156, 2017.

IBGE. *Atlas Nacional do Brasil: Potencialidades Agrícolas*. Disponível em: [http://geoftp.ibge.gov.br/atlas/nacional/atlas\\_nacional\\_do\\_brasil\\_2010/2\\_territorio\\_e\\_meio\\_ambiente/atlas\\_nacional\\_do\\_brasil\\_2010\\_pagina\\_79\\_potencialidade\\_agricola.pdf](http://geoftp.ibge.gov.br/atlas/nacional/atlas_nacional_do_brasil_2010/2_territorio_e_meio_ambiente/atlas_nacional_do_brasil_2010_pagina_79_potencialidade_agricola.pdf). Acesso em: 16 nov. 2018.

KEPPLE, Anne Wallescer; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 187-199, 2011.

MAGALHÃES, Rogério Marcos. *Obstáculos à exploração do baru (Dipteryx alata Vog.) no Cerrado Goiano: sustentabilidade comprometida?*. 2011. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARINHO, Thais Alves. *Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MDA-MMA-MDS. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 21p.

MMA. *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2011. 202p.

NASUTI, Stéphanie; ELOY, Ludivine; LE TOURNEAU, François-Michel. La construction de territoires multi-situés en Amazonie: le cas des quilombolas du Trombetas (Pará, Brésil). *L'Espace géographique*, v. 4, n. 42, p. 324-339, 2013.

NASUTI, Stéphanie *et al.* Can Rural–Urban Household Mobility Indicate Differences in Resource Management within Amazonian Communities? *Bulletin of Latin American Research*, v. 34, n. 1, p. 35-52, 2015.

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues; SERENO, José Robson Bezerra; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares. Indicação geográfica na conservação e agregação de valor ao gado Curraleiro da comunidade Kalunga. *Archivos de Zootecnia*, v. 60, n. 231, p. 357-360, 2011.

NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

OLIVEIRA, Rosy de. *O barulho da terra: nem Kalunga nem camponeses*. Curitiba: Progressiva, 2010.

PADOCH, Christine *et al.* Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia. *Ecology and Society*, v. 13, n. 2, 2008.

PAUL, Jean-Luc *et al.* Quel système de référence pour la prise en compte de la rationalité de l'agriculteur : du système de production agricole au système d'activité. *Les Cahiers de La Recherche-Développement*, v. 39, p. 7-19, 1994.

PEREIRA, Bruno Magnum; DE ALMEIDA, Maria Geralda. O quintal Kalunga como lugar e espaço de saberes. *Revista GeoNordeste*, v. 22, n. 2, p. 47-64, 2011.

PINTON, Florence; EMPERAIRE, Laure. Le manioc en Amazonie brésilienne: diversité variétale et marché. *Genet. Sel. Evol.*, v. 33, n. 1, p. 491-512, 2001.

QUESNEL, André; VIMARD, Patrice. Recompositions familiales et transformations agraires. Une lecture de cas africains et mexicains. In: CHAUVEAU, J. P. *et al.* (Dir.). *L'innovation en agriculture*. Questions de méthodes et terrains d'observation. Paris: IRD, 1999. p. 319-341.

RIBEIRO, José Felipe *et al.* Usos múltiplos da biodiversidade no bioma Cerrado: estratégia sustentável para a sociedade, o agronegócio e os recursos naturais. In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS NETO, Austeclínio Lopes (Org.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 337-360.

SANTOS, Renata Carvalho dos. *Saúde e alimentação em comunidades quilombolas de Goiás*. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SAWYER, Donald. O Cerrado numa perspectiva eco-social. *Ateliê Geográfico*, v. 5, n. 2, 2011.

SCHMIDT, Isabel Belloni; FIGUEIREDO, Isabel Benedetti; SCARIOT, Aldicir. Ethnobotany and effects of harvesting on the population ecology of *fsyngonanthus nitens (bong.) ruhlant (eriocaulaceae)*, a NTFP from Jalapão region, central Brazil. *Economic Botany*, v. 61, n. 1, p. 73-85, 2007.

SIQUEIRA, Roberta Cristina de Moraes. *Instrumentos jurídicos para a organização das atividades agrárias da comunidade kalunga do engenho II*. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Direito) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

THÉRY, Hervé; DE MELLO-THERY, Neli Aparecida. Disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil. *Revista do Departamento de Geografia - USP*, v. especial 30 anos, p. 68-91, 2012.

UNGARELLI, Daniella Bunchmann. *A comunidade quilombola kalunga do Engenho II: cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes*. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VALENTE, Ana Lúcia. *(In)segurança alimentar em território Kalunga*. In: UFPE, XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife: UFPE, 2007. p. 1-12.